

Uma carta de intenção — eis o que o Ministro Dílson Funaro entregou, quinta-feira, em Brasília, à bancada do PMDB no Congresso. E com cópia para os 52 empresários que com ele jantaram, ontem à noite, em São Paulo. A versão definitiva, em inglês, segue esta noite, na pasta do ministro, para a toca da onça: segunda-feira, em Washington, começa a reunião do Comitê Interino do FMI. Na lateral, em Nova York abre-se a primeira rodada, em tom necessariamente solene, das negociações diretas com os 614 bancos do mundo representados pelo comitê de assessoramento tripulado por William Rhodes, do Citicorp.

Na "carta de intenção", o Governo revela o que deve e o que pode ser feito, de abril de 1987 a dezembro de 1991, em matéria de construção nacional. Uma listagem de metas. A questão básica, a da garantia dos meios, na linha do "como fazer o que deve e pode ser feito", vai ficar para o novo plano econômico, em gestação no Palácio do Planalto: ajustes de curto prazo e medidas de médio e longo prazo para a competente recauchutagem geral do cruzado fraudado.

## O mata-burros

A principal meta, meta-síntese, está no crescimento de sete por cento ao ano, na média ponderada do período mapeado. Ela bate com a taxa histórica do PIB no longo ciclo de 27 anos, de 1955 a 1981. Nos últimos dois anos, ultrapassado o abismo da recessão da "debt crisis", o PIB voltou a crescer acima dessa média, empilando 8,1 por cento em 1985 e 8,2 por cento em 1986 (dados preliminares).

Ultrapassamos o abismo cavado pela implosão do serviço da dívida externa, mas ainda não desativamos o vulcão da dependência cambial, em regime de erupção intermitente. Bem ao contrário, estamos em estado de inadimplência técnica, ao fim de um penoso exercício de mascaramento da insolvência financeira. Assumimos publicamente na moratória dos juros uma situação de fato: não dá para pagar a dívida nos termos dos contratos em vigor.

E aqui se coloca, para a realização da meta-síntese, o limite físico do recurso: a poupança interna não é suficiente para "cacifar" o projeto nacional, temos de voltar a contar com a ração suplementar da poupança alheia.

## No contra-pé

Uma constatação melancólica, acima de qualquer juízo de valor: o crescimento interno, na meta anunciada, passa pelo refinanciamento externo. E até prova em contrário, estamos no impasse

por decreto nas operações bancárias com o mundo ingrato. Em outras palavras: com ou sem o monitoramento do FMI, o rabo da dívida externa volta a abanar o cachorro da economia interna. O próprio ministro Dílson Funaro deixou bem claro o ponto ainda sem nó: para continuar crescendo acima de seis ou sete por cento ao ano (exigência da verdadeira metade condicionante, a ampliação do emprego), o Brasil não pode dispensar a contribuição da poupança externa de empréstimo e de risco.

O problema está na ruptura do impasse que foi provocado, não pela moratória unilateral dos juros, mas pelo serviço não mais realizável da dívida contratada, o impasse está no serviço da dívida e não da moratória assumida por causa dele. A suspensão da moratória não levaria o Brasil a honrar em dia o que simplesmente não mais consegue pagar.

## Primeira pista

Pela primeira vez, o ministro Dílson Funaro articulou, publicamente, uma proposta brasileira à comunidade bancária: 1) Redução do custo médio da dívida; 2) redução da remessa dos juros; 3) refinanciamento parcial da remessa; 4) conversão da dívida em capital; 5) reabertura de créditos novos.

Um esquema do gênero: amacia o pagamento para voltar a pagar, endividando-se ainda mais. Tudo em nome do financiamento complementar do PIB de sete por cento ao ano.

Com isso, estamos dizendo ao mundo que a poupança interna, além de insuficiente, é muito mal reciclada, numa triste cadeia de desperdício: 1) Acomodada em aplicações não produtivas; 2) realocada sob a forma de dinheiro de aluguel e não de capital de risco; 3) emasculada por um setor público dispersivo e perdulário.

## Anemia aguda

Desde o "setembro negro" de 1982, o Brasil não mais desfruta da transfusão complementar da poupança externa. Bem ao contrário, passou de receptor a doador de capital líquido (4,5 por cento do PIB) — tanto no pagamento não mais refinanciado da dívida como no "desinvestimento" ou no "repatriamento" das multinacionais, na faixa do capital de risco. Nesse quadro clínico de hemorragia aguda com direito a anemia idem, voltamos a crescer em 1985 e 1986. Resultado: queimamos a última reserva de energia, de sangue e de plasma, o desmaio na moratória não teve escapatório.

O verdadeiro impasse permanece instalado: pagar sem crescer ou crescer sem pagar.